
FIGURAS DO PRESENTE

A relação entre o discurso crítico e sua contemporaneidade

Marcos SISCAR¹

A tua presença / mantém sempre teso o arco da promessa.

Caetano Veloso²

RESUMO: Este trabalho procura refletir sobre o problema do “presente” e da “atualidade”, tal como é tratado pelo discurso crítico, sobretudo brasileiro. Destacando a maneira convencional com que esse discurso faz uso da categoria problemática do tempo presente, o trabalho propõe uma atenção maior para com o problema da relação entre o pensamento crítico e sua contemporaneidade.

UNITERMOS: Contemporaneidade; temporalidade; crítica brasileira (literatura e filosofia); política.

1.

Se é que podemos tratar as especulações sobre o presente como uma realidade consumada, nós vivemos uma época de privilégio do tempo presente. Nossa contemporaneidade se tem reconhecido como uma época marcada por efeitos de instantaneidade e imediatez. Face ao “tempo real”, à generalização do “direto”, a realidade parece desejar não mais se submeter às leis da distância, da diferença, do intervalo. Pensada na escala mundial dos negócios e das bolsas de valores, a própria diferença entre o dia e a noite tende a parecer obsoleta. O luto pelo passado e a esperança de futuro perdem quase a razão de ser quando a memória cultural se confunde com a banalidade turística e o devir parece adiantar-se como um mero desdobramento do “fim da história”. E o fim da história

¹ Prof. Dr. da UNESP - Universidade Estadual Paulista - Campus de São José do Rio Preto - 15054-000 - São José do Rio Preto - SP.

² “A tua presença morena”. In: Disco *Qualquer Coisa*. Polygram/Philips, 1975.

nós já conhecemos: está antecipado (em geral como uma ameaça) nas obras de ficção científica. Neste fechamento do presente sobre si mesmo, já não se trata de dizer que a vida imita a arte, pois a crença na presença pura pretende exceder virtualmente, fantasmaticamente, a própria representação.

Porém, antes mesmo de confirmar a pertinência desse cenário sedutor ou ameaçador, segundo o gosto, de nossa contemporaneidade, de aceitá-lo como uma informação e retirar dele qualquer conseqüência, talvez seja importante retomar o presente como uma *questão*, ou antes como um foco de interesse. Nesta breve exposição, meu esforço será simplesmente o de tentar delimitar o tópico do presente como questão reconhecível, digna do discurso. De fato, não me parece irrelevante a constatação, repetidamente renovada, de que tanto os críticos quanto os defensores daquilo que se costuma chamar a nossa época pós-moderna se atenham à idéia de presente e se valham dela para diagnósticos conflitantes sobre o mesmo assunto.

Ocorre, no entanto, que o fenômeno não é recente. Constatemos, pois, antes de mais nada, que o discurso crítico sempre se referiu ao presente, entendido como contemporaneidade, apropriando-se dele como pano de fundo para suas asserções (políticas, sobretudo, mais visivelmente, porém não de maneira única). Platão, em seu *Ião*, ao falar sobre a poesia, parte de uma manifestação contemporânea sua do poético: da realidade dos rapsodos, dos festivais em homenagem aos deuses, do papel social do poeta. Sua crítica à possessão, à irresponsabilidade do inspirado, está fundada num diagnóstico do presente digamos institucional da poesia, num diagnóstico da poesia como questão relevante para o presente (como se vê de forma clara na *República*).

Penso que não seja incorreto dizer, entretanto, que o discurso crítico raramente considerou o presente, ele próprio, como um tema ou como uma estrutura, ou pelo menos como uma questão relevante por si mesma, com a excessão notória, mas não desprovida de dificuldades, do discurso filosófico. De maneira geral, o analista *constata*, isto é, reconhece dominâncias, recorrências, pontos de rupturas que caracterizam para ele sua contemporaneidade; descreve o presente para poder compreendê-lo e eventualmente julgá-lo. Situa-o como um objeto ou um estado de coisas que se observa do exterior, como um conjunto de dados mais ou

menos ordenável, que se pode portanto delimitar em sua particularidade. O discurso descreve desta forma o *conteúdo*, histórico ou outro, do presente (o que sem dúvida é necessário) e não o problema do presente como um mecanismo digamos de significação, onde se torna essencial a consideração dos meandros da montagem e da repetição e, por extensão, a consideração da maneira pela qual o próprio discurso justifica suas “constatações”.

Dito de outra forma, o presente raramente foi objeto de uma análise que levasse em conta, através do significante, uma determinada efervescência do sentido (como talvez se possa notar, por exemplo, na semiologia da cultura de massa proposta por Barthes em *Mitologias*). Ao ser abordada em sua dificuldade de trabalho com a singularidade, a questão do presente começaria a ser deslocada da análise, inicialmente, de *conteúdo* e, em seguida, de *conteúdo verdadeiro* para uma análise de estrutura que trabalha explicitamente o problema do olhar, problema no interior do qual a preocupação com a escolha do método é apenas um dos sintomas. A assunção do caráter interpretativo do discurso exigiria inclusive um questionamento mais apurado do sentido da própria responsabilidade histórica. O discurso crítico deveria, assim, expor-se ao problema de sua estabilidade teórica e de sua legitimidade. O exemplo de Barthes é interessante: na nota de apresentação da edição de 1970 de *Mitologias*, o autor admite o anacronismo do gesto semiológico que propusera nos anos 50, lembrando as transformações ideológicas e científicas ocorridas desde então: “Eu não poderia portanto (diz ele), em sua forma passada (aqui presente) escrever novas mitologias”. A preocupação com o presente deve também, deste modo, ser compreendida como uma preocupação com a singularidade e com a propriedade do próprio método.

Assim, como ponto de partida de minhas considerações, está o fato de que o presente - o “aqui presente” - não pode ser confundido com aquilo que chamamos *atualidade*, como sugere Derrida (1996) a propósito do universo mediático. O presente não está em relação de sinonímia perfeita com a suma de nossas informações sobre os acontecimentos contemporâneos. É preciso, antes de mais nada, não confundir constantemente o presente com a idéia que fazemos de nossa época. Não basta abrir os jornais, como também não basta nos distanciarmos do espetáculo mediático, para sabermos o que é o presente. Ainda que ele possa manifestar-se também na mídia, no jornal, na informação como “espetáculo”, há no presente algo que destoa da

justeza do testemunho neutro ou da reflexão interventiva diante dos fatos de nosso tempo.

Não há neutralidade no cálculo do presente. Há, sim, uma montagem na produção e na veiculação da informação, na produção e veiculação do saber que, embora evidente, nem sempre tem conseqüências na prática do discurso. O presente se constitui, antes de mais nada, como um *efeito* de atualidade, como algo que *tornamos atual* para a consciência através de um ato de atenção; existe nele uma *intencionalidade* que é preciso considerar (e nisso reside também a necessidade e a justificativa de um certo tipo de análise do discurso mediático, de uma fenomenologia do jornalismo, entre outros). Não há atualidade sem intencionalidade, sem exercício de atenção por parte de um olhar; em outras palavras, não há presente sem interpretação. Se isso é verdadeiro, podemos dizer que, estranho à neutralidade, o presente constrói-se como um desvio em relação à simultaneidade do presente verdadeiro, da presença plena. Podemos dizer que apresenta um caráter derivado, que se poderia entender sob a forma da *figura*. A diferença do presente em relação à sua singularidade impõe a consideração do *caráter figurativo do presente*, que me interessará em seguida. Em outras palavras, não há o presente em si, não há presente sem uma *retórica* do presente, sem desvio do sentido pleno.

Entre os diversos discursos que incidem sobre esta questão, a literatura talvez seja aquele que de maneira mais *efetiva* consiga vislumbrar ou dar a ver o presente como diferença de si, como algo que mantém sempre retesada a força afirmativa do discurso. Mas este seria um outro passo, e dos mais difíceis, ainda que me pareça extremamente importante procurar não evitá-lo. Fiquemos pelo momento com a idéia de que, heterogênea à observação totalizadora, a montagem da atualidade é um processo que recorta, seleciona, privilegia, exclui o excedente; como tal, ela é também supressiva, excludente. Num poema apropriadamente nomeado “Atualidade”, da década de 1920, Blaise Cendrars (1947) comenta essa exclusão associada à expulsão do poeta da pólis, à perda do direito de cidadania:

Platon n'accorde pas droit de cité au poète

Les amis, les proches

Tu n'a plus de coutumes et pas encore d'habitudes

Il faut échapper à la tyrannie des journaux

(...)

Temos então, em suma, duas hipóteses que se complementam: a) o presente não é igual à atualidade, entendida como conteúdo de nossas informações sobre o atual; e b) o presente nunca é igual a ele mesmo, uma vez que supõe incessantemente um olhar que o defina, constituindo-se, portanto, *ad infinitum* como desvio, como figura.

2.

Ora, ao desconhecer ou ao não levar em conta este caráter derivado de seu “objeto”, o discurso crítico busca incessantemente algo que eu chamaria de uma *desmetaforização* ou uma *literalização do presente*. Pode-se dizer que (de maneira mais ou menos direta, mais ou menos fundamental) seu projeto sustenta-se na possibilidade do resgate objetivo da versão correta do presente, de uma versão cujo sentido seria conforme ao sentido único e exato de seu objeto. A ambição maior do discurso, esteja ele destinado à intervenção social ou não, sustenta-se na possibilidade de delimitar o sentido do presente sem a intervenção ou a contaminação do observador. Mesmo quando assume sua *intervenção* como postura “estratégica”, não deixa de supor conhecida e partilhada uma certa idéia da contemporaneidade, um conjunto organizado de dados que permite compreendermos o sentido da dita estratégia. Mais ainda que um conhecimento, supõe neste caso um julgamento compartilhado de que ela deve ser transformada.

Um exemplo, que não é tão anacrônico quanto podem fazer parecer as datas, é o do velho conflito, na teoria literária brasileira, entre o método sincrônico e o método diacrônico de abordagem das obras. Poucos anos separam a publicação de dois textos capitais, um de Antonio Candido e outro de Haroldo de Campos, sobre essa questão; ambos justificam suas preocupações e posturas estratégicas a partir de uma interpretação da contemporaneidade. Em “Crítica e Sociologia”, publicado em 1965, Candido justifica sua ênfase no fator social como uma espécie de necessidade do presente teórico brasileiro, que havia se embrenhado, segundo ele, no *exagero* da valorização do aspecto formal, notadamente com as correntes estruturalistas, exagero este oposto ao exagero anterior do determinismo social. Lembre-se que, para Candido, trata-se naturalmente de propor uma reconciliação entre ambos os fatores, externos e internos. Porém,

a necessidade de fazê-lo sob o signo da restauração do social explica-se a partir de uma constatação sobre o presente acadêmico, daquilo que se tornara a cena científica e cultural de sua época.

De maneira análoga procede Haroldo de Campos, em “Por uma poética sincrônica”, publicado em 1967, explicitando sua atuação estratégica e justificando-a igualmente pela determinação de uma realidade presente. Para Haroldo, uma poética voltada para a valorização da característica formal, organizadora inclusive de uma eventual exploração histórica, é exigida no contexto daquilo que ele chama de tradicionalismo acadêmico local, de tendência historicizante. Também neste caso, e com um fim “retificador” assumido, é uma interpretação do presente que decide a maneira que tem o discurso de se articular. Sem este *a priori* do ponto de vista do pensamento, introduzido subrepticamente como compartilhado, a capacidade de decisão do discurso ficaria bastante comprometida.

Não espanta, portanto, que na base das diferenças e das polêmicas as mais acerbadas esteja uma divergência no cálculo do presente. Não seria difícil mostrar que o problema da recente “balcanização” dos estudos literários se baseia numa questão muito semelhante. Se existe “guerra” na teoria, esta guerra é a guerra pelo presente e dificilmente se poderia compreender a amplitude do problema sem levar em conta este dado de fundamento.

A constatação pode parecer evidente. Devemos nos perguntar se ela o é, realmente; e o que significa, de fato, uma evidência. Por que o interesse pelas questões de fundamento trazidas pela “evidência” seria forçosamente desnecessário ou ingênuo ou politicamente suspeito? O que me parece claro é que raramente essa problemática é elevada a elemento constituinte da articulação do discurso e de sua relação teórica e prática com o contemporâneo. Ora, não seria por causa de uma aguda consciência estratégica do caráter performativo da descrição do presente que muitos, hoje, antes mesmo de discutir o problema da “globalização”, do “pós-moderno” ou de outros emblemas, recusam-se até mesmo a assumi-los como sendo a realidade (subentendido: irrecusável) do mundo contemporâneo? Se a descrição do presente, a constatação do atual, cria concomitantemente a idéia que fazemos dele, nada mais sintomático, de fato, que uma discussão sobre a atualidade acabe se concentrando sobre a própria pertinência de sua designação.

A importância desse problema tem sido pouco sublinhada, de maneira geral. Uma maior compreensão sobre a natureza e sobre a necessidade dessa discussão poderia, a meu ver, ser o ponto de partida para a invenção de uma forma mais apurada e mais aberta inclusive de intervenção, uma forma de compreensão da existência social do literário mais afinada com as questões específicas que este eventualmente venha a propor.

3.

Consideremos, então, que o presente é sempre uma figura. Vejamos rapidamente duas figuras do presente no discurso da crítica (brasileira, no caso, porém reveladoras de algo mais fundamental, com raízes profundas na questão do *logos* ocidental). A primeira delas é a figura da *novidade*; a segunda, a figura da *urgência*. Cada uma delas, poderia ser tomada como discurso defendido ou combatido, mutua e inversamente, pelas correntes de pensamento anteriormente mencionadas. Para tanto, tomarei como exemplo um curto extrato de um texto de Roberto Schwarz, do livro *Que horas são?*, título explicitamente irônico, principalmente no contexto de uma discussão sobre o presente.

Os leitores de Schwarz, e especificamente deste livro, conhecem sua prevenção contra os modismos acadêmicos no Brasil, que ele comenta da seguinte maneira:

Nos vinte anos em que tenho dado aula de literatura assisti ao trânsito da crítica por impressionismo, historiografia positivista, new criticism americano, estilística, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo e agora teorias da recepção. A lista é impressionante e atesta o esforço de atualização e desprovincianização em nossa universidade. Mas é fácil observar que só raramente a passagem de uma escola a outra corresponde, como seria de esperar, ao esgotamento de um projeto; no geral ela se deve ao prestígio americano ou europeu da doutrina seguinte. Resulta a impressão - decepcionante - da mudança sem necessidade interna, e por isso mesmo sem proveito. O gosto pela novidade terminológica e doutrinária prevalece sobre o trabalho de conhecimento, e constitui outro exemplo, agora no plano acadêmico,

do caráter imitativo de nossa vida cultural. Veremos que o problema está mal posto, mas antes disso não custa reconhecer a sua verdade relativa. (p.30)

Não é difícil perceber o que o autor trata aqui como aquilo que chamamos um “discurso da novidade”. No Brasil, a reflexão estaria começando do zero a cada geração em razão do gosto local pela imitação da última moda. O pensamento não teria seu tempo normal de maturação, consumindo-se numa espécie de precipitação deslumbrada. Podemos, então, dizer que o pensamento chega sempre *antes do tempo*, antes do tempo em que poderia ser acolhido ou autenticado pela necessidade interna de nossa vida acadêmica. Ele é sempre prematuro. A novidade é, portanto, uma figura do presente que pode ser compreendida como aquilo que chega antes do tempo (do tempo correto, propício).

Com a prudência e a sutileza de pensamento que lhe é característica, Schwarz termina com essa frase significativa: “veremos que o problema está mal posto [por que colocá-lo, então, desta maneira?], mas antes disso [destaco esta expressão, *antes disso*, antes mesmo de começar a discutir, antes mesmo de compreender, antes mesmo de ter instrumentos para refletir] não custa reconhecer a sua verdade relativa”. Usando a boa vontade que lhe é característica, o leitor bem educado deve portanto reconhecer esta verdade que se diz (e que voltará a dizer-se) relativa; em outras palavras, deve deixar-se convencer ou seduzir. O procedimento não chega a ser surpreendente; não é difícil constatar que se trata de uma estratégia bastante comum do discurso crítico (esse movimento de pensamento sobre o caráter imitativo da cultura brasileira não teria semelhanças com a conhecida reflexão sobre as “idéias fora do lugar”?) Interessa-me, porém, no caso, apenas este minúsculo advérbio de tempo: “antes”, “antes disso”. O problema está mal posto, mas antes de colocá-lo adequadamente reconhecemos seu quinhão de verdade, propõe o autor. Ao fazer a elipse da explicação, o pensamento decreta uma velocidade na economia do raciocínio que me parece ter uma analogia surpreendente com a visão do presente dominada e direcionada pela figura da urgência.

Apesar de não ser muito comentada, também não é difícil de ser percebida. Faz mesmo parte daquilo que se poderia chamar de bom-senso, ainda que se alinhe com uma inquietante lógica da autoridade. Com o prejuízo da brevidade, acho que pode ser reconhecida numa

única frase paradigmática. Em artigo da Folha de São Paulo de 1991, sobre um livro na época recém-lançado (*Pós-Modernismo e Política*), o articulista, reconhecendo-se no senso comum, declara:

Costuma se dizer que aqui ... moderno seria as pessoas poderem comer três vezes ao dia. Passar direto ao pós-moderno, sem atender a esse quesito mínimo parece deslocado, fora do lugar. (Singer, 1991)

Em meio aos ecos das “idéias fora do lugar”, reconhecemos aí aquilo que chamamos figura da urgência. O argumento é bastante simples: pensar, pensar de forma sofisticada, pensar a partir de estruturas complexas, é injustificado quando tantas pessoas passam fome. Subentende-se que é preciso pensar de forma simples, voltada para a correção imediata das injustiças sociais. Quem negaria que é preciso fazê-lo? Mas essa constatação básica não é razão para esquecermos o que aparentemente já sabemos, ou seja, que aquilo a que alguns chamam de “moderno” é um tipo de pensamento que tem sido incapaz de prover com a igualdade de condições que desejamos. Desse ponto de vista, o discurso da urgência é, por um lado, um discurso anti-intelectualista, anti-teórico, que não se dá o tempo de pensar, e, por outro lado, quando generalizado, pode tornar-se também uma abstração política que seria preciso compreender melhor para que não retirasse do pensamento a possibilidade de compreender por conta própria o sentido de sua existência concreta.

Sob o pretexto, então, do caráter inoportuno da reflexão sobre um tema polêmico, a urgência justifica sua anulação pura e simples, o que no fundo significa uma anulação do pensamento enquanto tal. No Brasil, nem todos comem três vezes ao dia, o que seria moderno. Seria possível (quem saberá?) passar a formas de análise mais sofisticadas. Mas *antes disso* é preciso se pautar pela verdade da conservação do corpo. O presente é de urgência, o que para o pensamento, que questiona, é sinônimo de falta de tempo para a reflexão, para a negociação, é sinônimo portanto de anulação. Do ponto de vista da carência do corpo, o pensamento não chega a tornar-se realidade; já é caduco antes mesmo de ter passado pela prova da prática. Ultrapassado de antemão pelas circunstâncias materiais e urgentes, o pensamento é sempre tardio, chega sempre tarde demais.

4.

Entre esses dois pólos, o da novidade e o da urgência, encontramos uma dificuldade comum do discurso crítico na sua relação com o presente. Na tentativa de discernir a natureza de uma atuação que pudesse *vir a tempo*, oportunamente, no tempo certo para seu presente (de maneira a produzir o efeito desejado), o discurso defronta-se ora com sua precipitação ora com seu atraso. Há, desta forma, uma inadequação entre o presente e o discurso que não é apenas circunstancial, que não é inclusive apenas brasileiro, embora talvez nos diga respeito de maneira mais *dramática*. De fato, tendo em vista essas injunções, parece-me necessária a análise da forma pela qual a crítica se coloca perante seu presente, perante os acontecimentos, os novos tipos de veiculação do saber, enfim, perante os imperativos de nosso tempo. O tom intempestivo ou ponderado, o ritmo mais fragmentário ou mais lento de certos estudos na análise de situações de atualidade não podem ficar apartados do sentido de sua própria adequação ao presente sobre o qual se baseiam e no qual pretendem incidir.

Se as diferenças precisam ser percebidas e estudadas, algo, no entanto, pode ser diagnosticado como ponto de partida comum a muitas dessas interpretações da contemporaneidade e que *na prática* as origina. Esse elemento comum é a concepção do presente como universo de *carência* a que o discurso viria justamente suprir, ocupando com sua existência lacunas e espaços supostamente esquecidos. O presente seria desta forma um núcleo carente, esvaziado de sentido; ao presente faltaria sempre um pouco mais de presente, o necessário encontro consigo mesmo. O presente é o momento da falta, do oco que o discurso vem complementar ou ocupar voluntariamente como manifestação de um desejo (se quisermos usar uma entoação mais psicanalítica). Assim, ao se falar sobre a urgência, seria necessário, ao mesmo tempo, referir-se à emergência como origem e como sentido da *necessidade* imediata do pensamento, de uma necessidade que se quer compartilhar: esse é o caminho que trilha o filósofo Jean-Luc Nancy (1996), ainda pouco conhecido em nosso meio.

Se me for permitido um último lance de economia figurativa, diria que esse momento de vazio característico do presente é o momento da negação e da morte dentro da interpretação da contemporaneidade, momento que, portanto, ininterruptamente, faz do discurso sobre o presente

uma espécie de “testamento”. Esta poderia ser a lição de coisas que retomamos da própria literatura, lição com que ela nos brinda através da espantosa doação de sua tensa presença. É dessa maneira que a obra de François Villon, por exemplo, cujos poemas interiorizam a própria datação, entrega-se ao seu leitor: como legado, como um *Grande Testamento*. Do contato com a literatura, o discurso crítico talvez pudesse aprender o trato mais atento com a diferença, com a diferença de seu próprio tempo, arriscando articular-se em sua força diferencial, discordante, não conclusiva - e, no entanto, generosa - assumindo seu presente como sentido a ser edificado na sua necessária abertura à alteridade.

SISCAR, M. *Shapes of the presenttime – the relationship between critical discourse and its contemporaneity*. INSTRUMENTO CRÍTICO. Vilhena, 2: 49-59, 1999.

ABSTRACT: This is an attempt to investigate the concept of “present time” and “contemporaneity”, as they are treated by critical discourse, mainly in Brazilian criticism. By the underlining of the conventional manner of treating these problematic categories, this paper affirms the necessity of emphasizes the tension in the relationship between thought and its contemporaneity.

KEY-WORDS: Contemporaneity; temporality; Brazilian criticism (literature and philosophy); politics.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. *Mithologies*. Paris: Seuil, 1957.

CAMPOS, Haroldo. *A Arte no Horizonte do Provável*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1975.

CENDRARS, Blaise. *Au Coeur du Monde*. Paris: Denöel, 1947.

DERRIDA, Jacques e STIEGLER, Bernard. *Échologies - de la télévision*. Paris: Galilée/INA, 1996.

NANCY, Jean-Luc. *Être Singulier Pluriel*. Paris: Galilée, 1996.

SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São?* São Paulo: Co. das Letras, 1987.

SINGER, André. “Pós-modernismo volta em versão de esquerda”. In: *Folha de São Paulo*, 1991.